

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Ciências Agrárias  
Curso de Agronomia

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO AGRICULTURA URBANA “ HORTA  
COMUNITÁRIA PORTAL I ” ACOMPANHADO PELO CEPAGRO EM  
ITAJAÍ(SC).

Trabalho de Conclusão do Curso

De Agronomia

Nome do Aluno: Paulo Pennaforte Vieira

Orientador: Prof. Dr. Eros Marion Mussoi

Supervisor: Eng. Agro. Marcos José de Abreu

ONG: Centro de estudos e Promoção da  
Agricultura de Grupo (CEPAGRO)

Florianópolis / SC  
2009  
1º semestre

*“Quando a gente é jovem não tem aquele sonho de continuar na roça a vida inteira, a gente quer procurar algo melhor, mas hoje eu vejo que o melhor era ter ficado lá”.  
“As crianças soltas podem brincar ao ar livre, ter contato com a natureza, eu tenho muita saudade daquele tempo, a gente se ilude muito ao vir pra cidade”.*

(Eliziana, 44 anos, dona de casa e agricultora urbana, respondendo por que deixou o meio rural)

*“Por causa de uma úlcera nervosa no estômago, me dava muita dor, não podia trabalhar, aí eu vim pra cidade, trabalhei empregado (...) fui internado, só descobriram quando arrebentou [se referindo da úlcera], dali pra cá não prestei mais pra trabalhar (...) logo já bateu a diabete, depressão e coisurada (...)”*

(Seu Gentil Farias, 52 anos, agricultor urbano, atualmente são e forte, respondendo por que deixou a agricultura)

*“E a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquina”.*

(Ferreira Gullar)

*“Aos poetas da terra, que escrevem com foices, enxadas e facões. Que usam como palavras esterco, chuvas e sementes. Declamando lavouras e campos ou fazendo rimas nos barrancos.  
Levando livros de alimentos aos leitores sem talentos.  
Hoje a poesia define: ao invés de poetas, vampiros da terra; e no lugar de leitores, urbanos tumores.”*

(Paulo Pennaforte Vieira)

Dedico este trabalho aos agricultores urbanos do loteamento Portal I.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por terem me dado a vida, carinho, liberdade e os meios para chegar onde estou. Em especial ao meu pai, Pedro, pelos inúmeros conselhos sempre úteis em muitos aspectos e minha mãe, Wânia, pela confiança e apoio incondicional.

Ao pessoal da equipe técnica do CEPAGRO, Bagé, Érika e Marquito, pela confiança e abertura para a realização deste estágio; em especial ao Marquito pelas parcerias nas missões urbanas e nas aventuras em duas rodas.

Ao meu orientador, Professor Eros, que num curto espaço de tempo e convivência pode me ajudar.

Aos meus amigos Henrique e Eduardo que leram o meu trabalho e me deram dicas e ajudas importantes. Gracias!

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1 Objetivo geral.....	02
1.2 Objetivos gerais.....	03
2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AGRICULTURA URBANA.....	04
3. A ATUAÇÃO DO CEPAGRO EM AGRICULTURA URBANA.....	09
3.1 Atuações em Florianópolis.....	10
3.2 Atuações em Itajaí.....	12
4. A PROPOSTA DE AGRICULTURA URBANA NO LOTEAMENTO PORTAL I.....	14
4.1 O município de Itajaí.....	14
4.2 O bairro Espinheiros e o loteamento Portal I.....	16
4.3 A trajetória da Horta Comunitária Portal I.....	17
5. METODOLOGIA.....	23
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
6.1 Perfil socioeconômico dos agricultores urbanos do loteamento Portal I.....	26
6.2 Avaliação da Horta Comunitária segundo os agricultores urbanos.....	31
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
9. ANEXO.....	41

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Florianópolis com as indicações dos bairros onde o CEPAGRO atua.....	10
Figura 2: Mapa do estado de Santa Catarina com divisões políticas destacando o município de Itajaí.....	14
Figura 3: Mapa do município de Itajaí com as divisões dos bairros rurais com referência à localização do bairro Espinheiros e a zona urbana da cidade.....	16
Figura 4: Faixas etárias e idade dos entrevistados segundo 3 classes.....	26
Figura 5: Origem dos entrevistados por mesorregiões catarinenses ou estado da federação quando não catarinense.....	27
Figura 6: Grau de escolaridade dos entrevistados segundo quatro classificações.....	28
Figura 7: Renda familiar em reais (R\$) dos entrevistados segundo quatro faixas de rendimento.....	29
Figura 8: Cinco diferentes respostas de como os entrevistados conheceram a Horta Comunitária.....	31
Figura 9: Cinco motivações dos entrevistados para o envolvimento com a Horta Comunitária.....	32
Figura 10: Cinco benefícios da Horta Comunitária na visão dos entrevistados.....	33

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: populações totais, urbanas e rurais, densidade demográfica e média geométrica de crescimento anual de Itajaí em diferentes anos.....	15
Tabela 2: Renda familiar em reais (RF) dos entrevistados, RF <i>per capita</i> e número de integrantes da família.....	30
Tabela 3: Número de integrantes das famílias dos entrevistados, número de adultos e jovens/crianças de cada família, e total de beneficiados pela HC.....	30

## LISTA DE ABREVIATURAS

AMFRI – Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí.

AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

AU – agricultura urbana

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

CEPAGRO - Centro de Estudo e Promoção da Agricultura de Grupo

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

HC – Horta Comunitária Portal 1

IGBE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONG – Organização Não-Governamental

REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Itajaí

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SPDU – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Itajaí

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi caracterizar o Projeto Horta Comunitária Portal I (HC) acompanhado pelo CEPAGRO no bairro Espinheiros em Itajaí. Para isso foi feito um perfil socioeconômico dos agricultores urbanos, procurou-se entender os motivos do envolvimento com a HC, assim com os benefícios e as dificuldades desta experiência em agricultura urbana (AU). O CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – é uma ONG fundada em 1990 que desenvolve projetos em AU desde 2005 e atualmente trabalha nas cidades de Florianópolis (SC) e Itajaí (SC), onde atua em escolas, creches, centros de saúde e diretamente com grupos comunitários na perspectiva da produção ecológica de alimentos. Esta pesquisa foi realizada a partir de formulários, entrevistas estruturadas, observação assistemática e pesquisa documental.

O perfil socioeconômico foi apresentado com base na idade, grau de escolaridade, profissão, origem e renda familiar dos entrevistados. Foi observado que a maioria dos agricultores urbanos tem idade acima de 36 anos; possuem baixa escolaridade; não são naturais de Itajaí, mas em sua maioria são catarinenses; todos possuem origem rural; e a renda familiar, na maioria dos casos, foi inferior a 1.600 reais.

Quanto às motivações que levaram ao envolvimento com a HC, observamos que a maioria dos agricultores urbanos demonstra razões ligadas à alimentação, com principal referência ao reforço da segurança alimentar e nutricional (SAN) e, em segundo plano, à preocupação com a produção orgânica de verduras. Sobre os benefícios da HC, encontramos uma relação direta com a motivação mais frequente ao envolvimento: a questão do reforço da SAN. Em relação às dificuldades apresentadas pela HC, ficou claro nas entrevistas que o principal entrave é a falta de envolvimento das pessoas participantes e as relações conflituosas de trabalho.

Palavras-chave: agricultura urbana; horta comunitária, loteamento Portal I, Itajaí, CEPAGRO.

## 1. INTRODUÇÃO

A agricultura urbana (AU) pode ser entendida como a utilização de espaços públicos ou privados, de forma individual ou coletiva, para a produção de alimentos, plantas medicinais, ornamentais ou criação de pequenos animais para o consumo ou a comercialização local. Dependendo da localização destes espaços, no interior ou na periferia dos centros urbanos, poderá surgir a denominação de agricultura urbana e periurbana (VAN VEENHUIZEN, 2006).

A prática da AU vem sendo realizada tanto no hemisfério Norte como no Sul e tem recebido apoio governamental em vários países, entre os quais podemos destacar Tanzânia, Zâmbia, Cuba, Filipinas e Indonésia. No Brasil, cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília possuem bons exemplos deste movimento de produção (MACHADO e MACHADO, 2002).

Um forte incentivo à AU é a tendência da concentração da população mundial em grandes cidades e a utilização de espaços domésticos, coletivos ou públicos para produção de alimentos. Na América Latina, América do Norte e Europa, três quartos das respectivas populações já vivem nos centros urbanos.

A importância da AU no que diz respeito à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) não pode ser deixada de lado. Populações urbanas à margem do sistema econômico possuem dificuldades de acesso a determinados itens da dieta. Melhorias nestas condições podem ser alcançadas pelo cultivo de hortaliças, frutas, condimentos e ervas medicinais em quintais ou áreas públicas.

Em Santa Catarina, desde 2005 o CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo) vem desenvolvendo ações em AU e atualmente trabalha em quatro localidades, em duas cidades: em Florianópolis, no Sul da Ilha (bairro Morro das Pedras e Tapera) e no continente (bairro Monte Cristo); em Itajaí nos bairros São Vicente e Espinheiros (loteamento Portal I). Os trabalhos são realizados em creches, escolas, centros de saúde ou diretamente com moradores de áreas menos favorecidas, fomentado e valorizando práticas de compostagem, hortas comunitárias, hortas escolares e cultivos domésticos na perspectiva de auxiliar projetos pedagógicos em educação ambiental e



fortalecer a SAN das famílias envolvidas.

Em Itajaí, em 2006, um grupo de oito famílias da comunidade do Portal I começou uma experiência de produção comercial de hortaliças. Desde o início o CEPAGRO vem acompanhando e assessorando esta experiência de AU comunal. Tendo participado da equipe técnica do CEPAGRO como estagiário pela primeira vez em 2006 e acompanhando as atividades de AU no loteamento Portal, o autor desta monografia considerou que refletir sobre esta experiência seria uma forma de contribuir para o avanço e a consolidação deste trabalho na comunidade e, talvez, melhorar o entendimento das potencialidades e limitações da AU neste local.

Neste sentido, a pesquisa buscou caracterizar e analisar o Projeto de Agricultura Urbana “Horta Comunitária Portal I” acompanhado pelo CEPAGRO no loteamento Portal I, bairro Espinheiros, em Itajaí, a partir dos perfis e opiniões dos agricultores urbanos envolvidos e dos que já se envolveram com a Horta Comunitária. Assim, como objetivos da pesquisa temos:

### **1.1 Objetivo geral**

Caracterizar o Projeto de Agricultura Urbana Horta Comunitária Portal I acompanhado pelo CEPAGRO no loteamento Portal I, bairro Espinheiros, em Itajaí, a partir do perfil e das opiniões dos atuais participantes e de pessoas que já participaram da Horta.

## 1.2 Objetivos específicos

- Traçar um perfil socioeconômico dos agricultores urbanos e analisar suas ligações com a agricultura urbana;
- Compreender as razões que levaram ao envolvimento com a “Horta Comunitária Portal I”;
- Identificar e analisar os benefícios e dificuldades desta experiência de agricultura urbana na visão dos atores sociais envolvidos;

Na segunda seção desta pesquisa (Características gerais da AU), o leitor encontrará uma breve definição de AU e as principais características desta temática com base em autores que pesquisam o tema a nível nacional e mundial. Na terceira parte o leitor encontrará informações sobre a atuação do CEPAGRO em AU nas cidades de Florianópolis e Itajaí. Na quarta parte são fornecidos alguns dados sobre a cidade de Itajaí, o bairro Espinheiros e o loteamento Portal I; ainda nesta seção é descrita a trajetória das atividades na HC, mostrando um pouco da metodologia de trabalho do CEPAGRO nesta comunidade. Na seção seguinte (capítulo 5) são apresentadas as bases teóricas da metodologia adotada na pesquisa e as ferramentas utilizadas para alcançar os objetivos. E finalmente no capítulo 6, Resultados e Discussão, são apresentados os dados e as análises.

## 2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AGRICULTURA URBANA

*“Não adianta ganância em fazer dinheiro”*

*“Comprar no mercado é mais longe”*

[Seu Valdir, 63, aposentado, zelador de condomínio e agricultor urbano]

A AU pode ser entendida como o cultivo de plantas e a criação de animais realizados dentro ou nos arredores de centros ou cidades, com finalidade de produzir tanto alimentos quanto produtos não-alimentícios; o conceito de AU ainda engloba as etapas de entrega, processamento e comercialização. Quanto aos sistemas de produção, podem ser encontrados desde produções de subsistência até produções inteiramente destinadas ao mercado. (VAN VEENHUIZEN, 2006).

Para Mougeot (2000), o atributo mais importante e que diferencia a AU da agricultura de base rural, é sua íntima relação com o sistema econômico, político e ecológico do ecossistema urbano. Relação esta que faz com que a AU seja fortemente influenciada pelas políticas desenvolvidas nas cidades. Mougeot (2000) menciona que essa forte inserção na rede urbana é notada ao vermos que a AU aproveita recursos encontrados nas cidades (força de trabalho, terra, água e resíduos orgânicos); fornece alimentos às populações urbanas envolvidas; promove serviços ao gerar renda ou reduzindo despesas, contribuindo para a limpeza urbana, além de fortalecer a segurança alimentar.

Dependendo da localização, surgem as denominações agricultura intraurbana e periurbana. A agricultura intraurbana é praticada no interior das cidades aproveitando espaços vazios como terraços, pátios residências ou áreas subutilizadas como as margens de rios ou rodovias, espaços impróprios para construção civil (próximos a aeroportos, embaixo de redes elétricas), além de áreas públicas ou privadas com potencial para serem cultivadas. De maneira geral, a agricultura intraurbana é de menor escala e orientada para a subsistência. (FAO, 2007).

A agricultura periurbana é praticada nos arredores ou periferias das cidades. As dinâmicas destes locais – urbanização crescente, migração de populações rurais e urbanas e aumento do preço da terra – fazem com que este tipo de sistema de produção esteja em constante transformação, com tendências a uma escala menor e uso mais intensivo. Em diversos países como Cuba, Argentina, Líbano e Vietnã os empreendimentos agrícolas localizados nas bordas das cidades são, de maneira geral, maiores que aqueles situados dentro dos centros urbanos e tendem a ser mais orientado para o mercado. (FAO, 2007).

A maioria das pessoas envolvidas com AU é proveniente das camadas mais pobres da população, no entanto também existem praticantes de outras classes sociais. Alguns agricultores urbanos são pessoas que migraram recentemente para as cidades, porém, na maioria dos casos, apesar de apresentarem raízes rurais, trata-se de pessoas que já vivem há longo tempo na área urbana. Também podem ser encontradas pessoas sem antecedentes rurais, mas que vislumbram na AU uma das estratégias de sobrevivência. (FAO, 2007).

A participação feminina tende a predominar na AU e segundo van Veenhuizen (2006), as agricultoras urbanas perfazem 65% do total de praticantes; apesar deste fenômeno ser associado com a responsabilidade da mulher em cuidar do lar e alimentar os membros familiares, enquanto o homem procura outros tipos de trabalho (FAO, 2007; MOUGEOT, 2000). Mougeot (2000) ainda ressalta que a participação da mulher também pode estar associada à busca por uma fonte extra de renda.

Os agricultores urbanos trabalham de forma individual, familiar ou coletiva, organizados formalmente ou informalmente em grupos, cooperativas ou outros tipos de organizações. Segundo Smit (*apud* FAO, 2007), em 1996, havia 800 milhões de cidadãos urbanos envolvidos em atividades ligadas à AU.

De acordo com UN-HABITAT (2007), em 1976, um terço da população mundial vivia em cidades, trinta anos depois, metade da população do mundo

vive em centros urbanos e até 2050 espera-se que a cifra chegue a 60% da população mundial, totalizando seis bilhões de pessoas.

Especialmente em países em desenvolvimento ocorre um crescimento desordenado, com até 50% a população vivendo em situações precárias de habitação, saneamento, saúde e serviços. (UN-HABITAT, 2007). O autor van Veenhuizen (2006) afirma que 40% da população da Cidade do México e um terço da de São Paulo vivem abaixo da linha da pobreza.

A América Latina é considerada a região mais urbanizada dos países em desenvolvimento com mais de 75% da população vivendo em cidades, número que segundo previsões deve subir para 81% em 2020. Nesta região, com exceção do Brasil, o padrão de urbanização de vários países consiste em apenas uma grande cidade concentrar grande proporção da população urbana. (VAN VEENHUIZEN, 2006).

O crescimento urbano promove mudanças no abastecimento no que diz respeito principalmente aos hábitos de consumo, à maneira como os alimentos chegam ao consumidor e o preço pago por eles. À medida que as cidades crescem reduzindo as áreas agricultáveis, para produzir a mesma quantidade de alimentos é preciso intensificar a produção ou deslocar-se para áreas mais distantes, aumentando a complexidade e os custos dos sistemas de distribuição. Outra tendência são os grandes supermercados e o aumento da demanda por comida processada (PAQUISTÃO/FAO, 1999).

Entendemos que nesta lógica atual, moradores urbanos marginalizados, desempregados ou de baixa renda tendem a ser excluídos dessa maneira de adquirir alimento ou não desfrutar na íntegra deste modelo, hora pela falta de renda, hora por que este sistema de abastecimento não prioriza estas camadas da população.

Segundo Mendonça e Monteiro (2004), numa pesquisa entre as famílias mais vulneráveis à pobreza no loteamento Ana Gonzaga, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, a falta de renda pode ser o impedimento a uma alimentação equilibrada: 50 % dos lares pesquisados por esses autores ficavam até três semanas sem consumir hortaliças ou carne.

Neste contexto, a agricultura nas cidades pode ser uma resposta das populações mais pobres aos sistemas ineficientes e irregulares de distribuição de alimentos, e uma das alternativas à falta de poder de compra dessa camada da sociedade (FAO, 2007). Van Veenhuizen (2006) reforça que em comunidades urbanas a falta de renda pode representar menor acesso a alimentos do que em comunidades rurais. No entanto, para Mougeot (2000), a AU é apenas uma das ferramentas para melhorar o abastecimento de alimentos em regiões urbanas e uma das muitas opções para reverter o quadro de insegurança alimentar.

Mendonça e Monteiro (2004) também compreendem que a agricultura nas cidades não tem potencial para suprir todas as necessidades alimentares das populações urbanas e ressaltam que o envolvimento com a agricultura leva à busca de práticas coletivas ou individuais de reforçar a segurança alimentar com mais autonomia em relação às formas comumente praticadas, como o acesso ao alimento pela via do mercado ou o assistencialismo.

Muitos autores são unânimes em apontar as questões de SAN<sup>1</sup> como uma das maiores contribuições da agricultura urbana (FAO, 2007; VAN VEENHUIZEN, 2006; MENDOÇA e MONTEIRO, 2004; MOUGEOT, 2000; SPOTLIGHT, 1999). Isso porque, segundo Mougeot (2000) a AU tende a complementar as fontes rurais e/ou estrangeiras de alimentos, fortalecendo a segurança alimentar de moradores urbanos de baixa renda. Apesar da grande diversidade dos cultivos urbanos, os produtos mais facilmente perecíveis como hortaliças folhosas são os mais comuns nas produções em cidades. Esse aumento de consumo de vegetais frescos tem contribuído para a melhoria da nutrição de crianças pertencentes a famílias pobres que praticam AU (SPOTLIGHT, 1999).

Através da venda de excedentes, a AU pode ser uma importante fonte de renda para uma parcela dos moradores urbanos. De qualquer maneira, os

---

<sup>1</sup> De acordo com a declaração aprovada na II Conferência Nacional de SAN, realizada em Olinda (PE) em 2006, Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (WEITZMAN, 2008).

cultivos para o consumo são uma forma de reduzir custos com a compra de alimentos (VAN VEENHUIZEN, 2006). Essa contribuição pode ser importante uma vez que populações de baixa renda gastam de 50 a 80 % do orçamento com alimentação (MOUGEOT *apud* VAN VEENHUIZEN, 2006).

Entre os fatores que explicam o potencial de criar emprego e renda, podemos citar os seguintes: a inexistência de barreiras a entrada na atividade, pelo menos havendo disponibilidade de terra; os cultivos intensivos de plantas hortícolas possuem um alto valor agregado por área e o retorno do investimento é obtido num prazo relativamente curto (muitos cultivos são colhidos entre 60 e 90 dias); a produção pode ser feita o ano todo com uma produtividade de mais de 50 kg de vegetais frescos por metro quadrado por ano; as perdas pós-colheitas, comuns na produção de vegetais frescos, são minimizadas pela proximidade com os consumidores; a venda direta e os menores custos com transporte também contribuem para incrementar a renda líquida (SPOTLIGHT, 1999).

Entre os benefícios ambientais da AU, podem ser destacados o potencial de limpeza das cidades pelo manejo orgânico, melhorando a ciclagem de nutrientes pelo uso de diferentes materiais vegetais (palhas de grama, folhas de árvores), além da fração orgânica do lixo doméstico para a produção de composto (adubo); a recuperação das condições de drenagem da água ao tornar os solos mais permeáveis e melhorias na sanidade e estética do ambiente urbano pela utilização de espaços ociosos que podem ser locais de acúmulo de lixo e entulho contribuindo para proliferação de vetores de doenças como ratos e insetos (MACHADO e MACHADO, 2002).

Outra potencialidade da AU é a inclusão na comunidade e na rede urbana de grupos sociais marginalizados, tais como pessoas idosas sem pensão, pessoas portadoras de HIV, imigrantes e jovens sem trabalho (VAN VEENHUIZEN, 2006). Nesta mesma lógica, a atividade agrícola nas cidades pode reforçar o envolvimento comunitário através de trocas de sementes, de mudas, de alimentos, de experiências e informações, melhorando a auto-estima

destas pessoas e mesmo fortalecendo sua capacidade de reivindicação junto ao poder público, por exemplo (MENDONÇA e MONTEIRO 2004).

### 3. A ATUAÇÃO DO CEPAGRO EM AGRICULTURA URBANA.

*“Eu me estresso muito dentro de casa, lá eu vou pra desestressar”* [Eliziana, 44 anos, dona de casa e agricultora urbana falando da HC]

O CEPAGRO - Centro de Estudo e Promoção da Agricultura de Grupo - é uma organização não-governamental (ONG) fundada em 1990 que trabalha com agricultura familiar e agricultura de grupo implementando programas de desenvolvimento local. Desde 2005, o CEPAGRO vem se envolvendo com AU e, atualmente, desenvolve trabalhos em quatro localidades nas cidades de Florianópolis e Itajaí. Na capital as atividades concentram-se no Sul da Ilha e no Bairro Monte Cristo (no continente). Em Itajaí as atuações são realizadas em duas comunidades: Portal I e São Vicente.

As atividades em AU visam apoiar e assessorar grupos organizados em parcerias com entidades civis ou com o poder público para a produção de alimentos orgânicos em hortas comunitárias, em quintais domiciliares, em escolas e creches. Estes projetos são apoiados financeiramente por organizações internacionais de cooperação que apostam nestas metodologias de trabalho e na melhoria da qualidade de vida dos moradores das periferias em todo o mundo.

O CEPAGRO também compõe uma articulação nacional de entidades com atuação em AU, com parcerias com ONGs de Belo Horizonte (REDE) e Rio de Janeiro (AS-PTA). Os objetivos desta articulação são a troca de experiências entre as entidades, intercâmbio de técnicos e agricultores urbanos e ainda a construção coletiva de projetos em AU que fortaleçam as iniciativas locais.



### 3.1. Atuações em Florianópolis

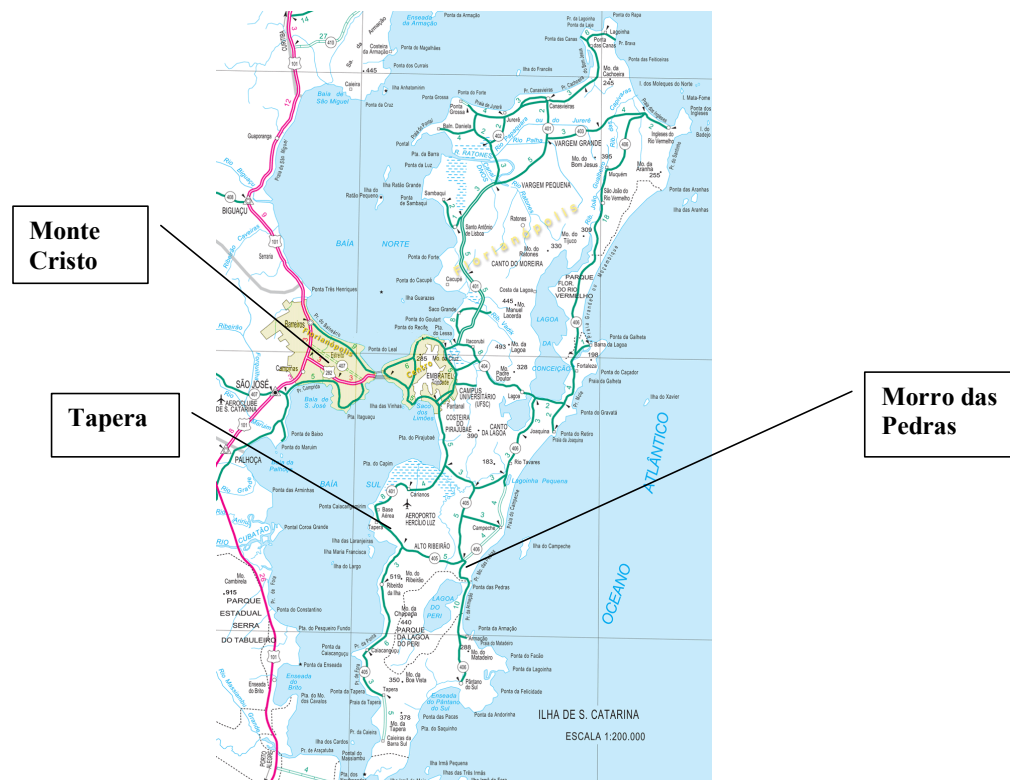


Figura 1: Localização geográfica dos bairros onde o CEPAGRO atua.

O trabalho do CEPAGRO no bairro Monte Cristo teve início em 2006 e atualmente a atuação está direcionada para a reciclagem dos resíduos orgânicos domésticos através da técnica de compostagem. Essa proposta faz parte de uma parceria entre CEPAGRO, Escola Estadual América Dutra

Machado, Creche Chico Mendes e Creche Conjunto Habitacional Chico Mendes. Cada família recebe um baldinho para recolher e destinar seus resíduos orgânicos para três pontos de entrega voluntária localizados em cada instituição mencionada anteriormente. Os resíduos são compostados no espaço da horta da Escola.

Essa iniciativa de gestão local dos resíduos orgânicos visa melhorar as condições de higiene e saúde da comunidade, tendo em vista que muitos sacos de lixo domésticos contendo restos orgânicos são alvos de cachorros e ratos, denegrindo a imagem do bairro e favorecendo a proliferação de doenças como a leptospirose já constatada pelo Centro de Saúde local. Outro objetivo é dinamizar a AU pela produção local de adubo orgânico, incentivando e facilitando o cultivo de alimentos pelas famílias nos espaços domésticos ou públicos. Ao todo existem 25 famílias com baldinhos e são reciclados em média 1.500 kg de resíduos orgânicos por mês.

No Sul da Ilha os trabalhos concentram-se na Associação de Pais e Amigos do Morro das Pedras (APAM), Escola Básica Municipal General Antônio Vieira e Centro de Saúde da Tapera.

Na APAM desde 2005 vem sendo desenvolvido uma oficina de AU na qual a horta e a compostagem são os temas geradores de práticas de educação ambiental com crianças da creche e de 1° a 4° séries. As práticas seguem uma linha lógica que parte da preocupação com a poluição ambiental gerada pelo lixo doméstico. Desta maneira, o tema compostagem encaixa-se como uma solução e base para produção orgânica de alimentos. A partir deste momento são trabalhadas questões da horta como a produção de mudas em viveiros e a confecção de canteiros para a produção de alimentos.

Essa metodologia de trabalho descrita anteriormente também é aplicada, desde 2006, na Escola Básica Municipal General Antônio Vieira (próximo ao trevo do Erasmo – Sul da Ilha), onde existe uma horta. Neste espaço as aulas temáticas práticas ocorrem uma vez por semana.

No Centro de Saúde da Tapera, a proposta de trabalho com AU teve início em 2007 a partir da sensibilização inicial feita por médicos, farmacêuticos

e nutricionistas que trabalham com grupos temáticos. Esses grupos são formados por pessoas com os mesmos problemas de saúde ou que possuem algum interesse compartilhado. Com os grupos de 'nutrição saudável' e de 'plantas medicinais' estão surgindo propostas de trabalho, entre os quais a construção coletiva de uma horta comunitária dentro da área física do Centro de Saúde. Nesta horta pretende-se cultivar plantas medicinais para a criação de uma farmácia viva. Além das plantas medicinais deseja-se cultivar plantas olerícolas que subsidiem oficinas temáticas em nutrição saudável como a preparação de sucos verdes.

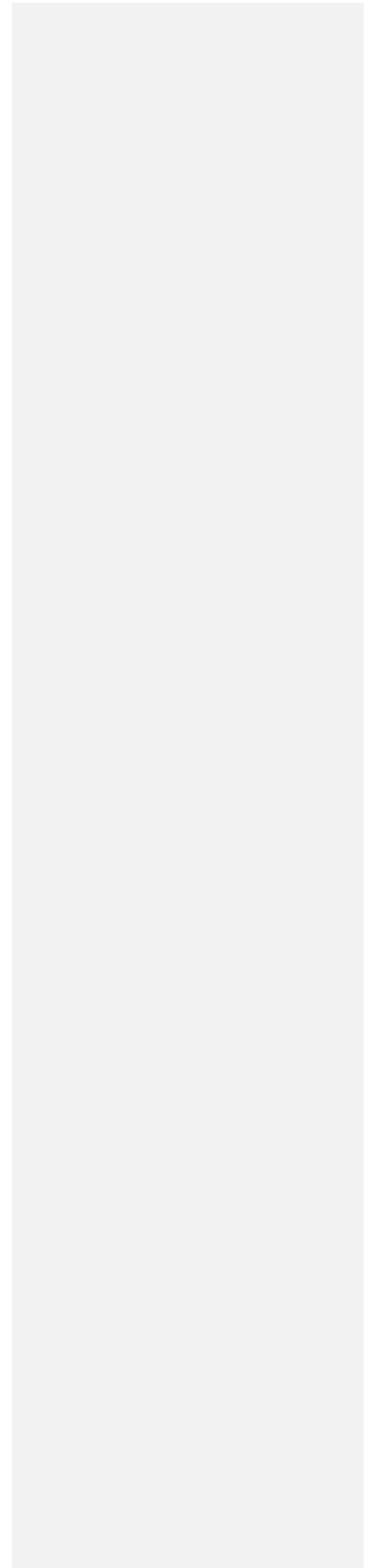
### **3.2. Atuações em Itajaí**

Na cidade de Itajaí, o trabalho do CEPAGRO em AU é realizado em duas comunidades, São Vicente e Portal I. No bairro São Vicente as atividades foram iniciadas em 2007 com um grupo vinculado à Ação Social São Vicente, pertencente a paróquia São Vicente de Paula. A proposta do trabalho é a construção de uma horta comunitária para produção de alimentos limpos e saudáveis que possam ser usados nas ações da paróquia. O grupo também acredita na possibilidade futura de geração de renda e assim poder incluir pessoas desempregadas nos trabalhos práticos.

Desde maio de 2007, a Ação Social São Vicente tem firmado com a Prefeitura de Itajaí um contrato de comodato para a utilização de um terreno público baldio de 3.976 m<sup>2</sup> no bairro São Vicente para a horta comunitária.

Os primeiros encontros entre o CEPAGRO e a Ação Social ocorreram em setembro de 2007. Naquele ano foram realizados mutirões de preparação do terreno, mas só no início de 2008 a horta foi iniciada. O ano de 2008 é marcado tanto pelo surgimento da horta quanto pelo seu abandono, ocasionado pela falta de participantes e pela catástrofe das enchentes que atingiram Itajaí no segundo semestre de 2008. Os trabalhos em 2009 estão sendo direcionados para a reorganização do grupo e planejamento das atividades de preparo do terreno.

A descrição do trabalho da Horta Comunitária do loteamento Portal I, por ser o tema central deste trabalho, é apresentada no capítulo 4.



#### 4. A PROPOSTA DE AGRICULTURA URBANA NO LOTEAMENTO PORTAL I.

*“Quando eu vi aquela horta achei a coisa mais linda! Meu Deus! É tão bonito ver uma horta, né?”*  
[Ruthe, 40 anos, cozinheira e agricultura urbana]

##### 4.1. O município de Itajaí.



Figura 2: Mapa do estado de Santa Catarina com divisões políticas destacando o município de Itajaí.

Itajaí localiza-se na foz do rio Itajaí-açú (26°54'28" de latitude sul e 48°39'43" de longitude oeste), litoral norte catarinense. O município pertence à mesorregião do Vale do Itajaí e faz divisas ao sul com os municípios de Balneário Camboriú e Camboriú, a sudoeste com Brusque, a oeste com Gaspar, a noroeste com Ilhota e ao norte com Navegantes. A BR-101 corta o município e faz a ligação com a capital do estado (Florianópolis), que está à 90 km ao sul (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAI, 2009a).

A população em 2007 foi estimada em 163.218 habitantes (IBGE, 2007). Segundo dados da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI) (*apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 2009a), em 2000 Itajaí tinha uma população urbana de 141.950 habitantes (96%), enquanto que a rural era 5.554 (4%). Alguns dados relevantes quanto à população são apresentados na tabela 1. Nela vemos o nítido crescimento da população urbana ao longo das últimas décadas.

Tabela 1: populações totais, urbanas e rurais, densidade demográfica e média geométrica de crescimento anual de Itajaí em diferentes anos.

INDICADORES DE ITAJAÍ	1980	1991	1996	2000	2004	2007
População Total	86.460	119.631	134.942	147.494	161.789	163.218
População Urbana	78.779	114.555	129.241	141.950		
População Rural	7.681	5.076	5.701	5.544		
Densidade demográfica (hab. por Km <sup>2</sup> )		394	445	487		
Média Geométrica de Crescimento anual (por 100 Hab.)	3,19	2,99		2,24		

Fonte: Adaptado de AMFRI (*apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 2009a) e IBGE (2007).

No cenário econômico os setores que mais se destacam pela oferta de empregos são, em ordem decrescente, serviços, comércio, indústria de transformação e administração pública. De forma menos expressiva encontram-se a agropecuária, a extração vegetal, a caça e pesca e, em menor destaque, situam-se a construção civil e a extração mineral (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 2009b). Itajaí ainda desempenha um importante papel na economia do estado por ser o centro portuário mais importante de Santa Catarina.

#### 4.2. O bairro Espinheiros e o Loteamento Portal I.

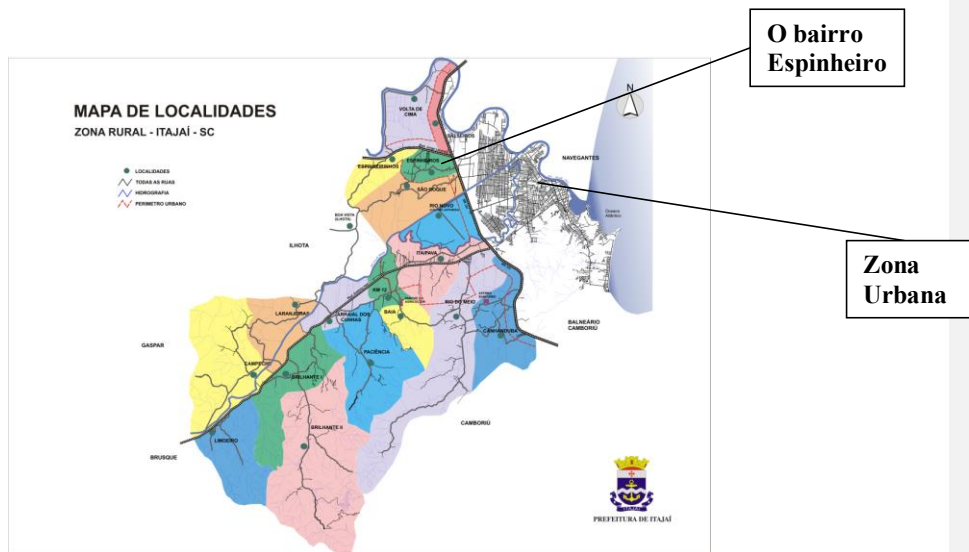


Figura 3: Mapa do município de Itajaí com as divisões dos bairros rurais com referência à localização do bairro Espinheiros e a zona urbana da cidade.

O bairro Espinheiros está situado a oeste da BR-101 (direção oposta ao oceano), em torno de 12 km do centro de Itajaí, localizando-se na margem sul da BR-470 (Figura 3). Esta rodovia, muito importante para a economia da região e do estado, liga o município de Itajaí com algumas dos principais municípios do Vale do Itajaí, tais com Gaspar, Blumenau, Indaial e Timbó e Rio do Sul. A rodovia ainda faz a comunicação da região Oeste (BR-282) com o principal porto de Santa Catarina.

Há quinze anos Espinheiros era uma região essencialmente rural ocupada por agricultores familiares. Ainda podemos observar atividades tipicamente agrícolas como a pecuária (tanto para corte, quanto para leite), lavouras de mandioca e melancia, além de um empreendimento de avicultura

industrial de pequeno porte (codornas) ligado a uma agroindústria de beneficiamento de ovos.

Pela proximidade com o centro urbano e a expansão econômica do município, bairros rurais como o Espinheiros passaram a ser cobiçados seja para empreendimentos imobiliários, seja industriais, dando início ao desmembramento das áreas agrícolas da região. É neste contexto que a Portal Sul Empreendimentos Imobiliários LTDA adquiriu terras dos moradores tradicionais do Espinheiros, fazendo o loteamento com terrenos de metragem de zona urbana (428 m<sup>2</sup>).

No loteamento Portal I a dinâmica de trabalho da imobiliária é a seguinte: Numa área de 10.982 m<sup>2</sup> que a empresa comprou em outubro de 2001, em janeiro de 2002 a imobiliária solicitou o desmembramento da área em 9 lotes de 428 m<sup>2</sup>, mantendo uma parcela de 7.132 m<sup>2</sup> não desmembrada. Atualmente a imobiliária atua no seu novo loteamento, o Portal II, situado na margem norte da BR-470.

#### **4.3. A trajetória da Horta Comunitária Portal I.**

A história do movimento da Horta Comunitária do Portal I começou com a inquietação de um morador do bairro, o Senhor Santo Gomes, que buscava atuar em prol da comunidade através da Capela Santa Paulina. Seu Santo, como é mais conhecido, já havia articulado diálogos anteriores com assistentes sociais da prefeitura que tiveram como resultado a oferta de cursos de panificação e a instalação de um Centro de Referência da Mulher (local onde são ministrados cursos na comunidade). A partir destas iniciativas, Seu Santo conheceu uma nutricionista da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), Priscila Maes Schutel, e juntos levantaram a ideia da HC. Priscila colocou Seu Santo em contato com Ana Carolina Vinholi, mas conhecida por Aninha, que na época era técnica da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SAA). Aninha por sua vez procurou o CEPAGRO. Em setembro de 2006 ocorre



uma reunião envolvendo SAA, CEPAGRO e SAS. A partir desta articulação surge em outubro de 2006 uma pareceria entre Prefeitura e CEPAGRO e em seguida ocorrem as primeiras reuniões entre moradores interessados em participar da Horta Comunitária e CEPAGRO.

Do convênio entre Prefeitura e CEPAGRO ficou acordado que a primeira parte, representada pela SAA, iria fornecer materiais, trabalho de máquinas e insumos necessários para o preparo e adubação do solo, além de disponibilizar um técnico desta secretaria (Aninha) para se envolver com o trabalho. A cargo do CEPAGRO ficou o auxílio técnico nas questões agrônômicas, de comercialização e da organização de grupo, além da formação em agroecologia.

Os trabalhos com o grupo comunitário foram iniciados pela valorização da agricultura doméstica, aquela feita nos quintais. Foi verificado que muitos dos membros do grupo da HC já praticavam agricultura em suas residências. Deste momento em diante o grupo dedicou-se a encontrar um espaço para a futura Horta. A área pretendida era um terreno baldio de 1.990 m<sup>2</sup> de propriedade da Portal Sul Empreendimentos Imobiliários LTDA que se encontrava em baixo de uma rede de alta tensão da CELESC, pois nestas áreas é proibida a construção de residências. Com o consentimento da empresa Portal Sul e da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SPDU) é dado início, em fevereiro de 2007, ao planejamento das ações de preparo do terreno.

Após a roçada e limpeza da área, no dia 19 de maio de 2007 é feita a aplicação de calcário para correção da acidez do solo. No dia nove de junho ocorreu um mutirão de adubação para aplicar casca de arroz carbonizada. Também foi utilizado pó de rocha e composto. Os plantios são iniciados em julho deste mesmo ano. Todos os trabalhos na HC até então foram realizados em mutirões. Ao final de cada mutirão era feita uma reunião de avaliação das atividades e uma conversa sobre as questões técnicas envolvidas.

Após a preparação de solo, adubação e dos primeiros plantios, foi efetuado, em agosto de 2007, um planejamento participativo das atividades a serem realizadas no restante do ano. Deste encontro foram elencadas algumas prioridades de curto prazo, entre elas citamos a regularização da área, a

obtenção de um ponto de energia elétrica para a HC, a perfuração de um poço para irrigação e a instalação hidráulica. Ainda neste mês foi encaminhado pela SAA um ofício para a CELESC pedindo a concessão do uso da terra, mas a questão ainda continuou indefinida.

Conjuntamente com a parte prática, a dinâmica de trabalho assumiu uma rotina quinzenal de encontros onde foi preparado de forma participativa um regimento interno do grupo. Neste documento ficaram registrados os objetivos da HC, o processo de admissão das famílias, a organização do trabalho e da renda. Quanto ao trabalho, foi definida pelo grupo uma dedicação mínima de 5 horas semanais para cada participante. As atividades específicas como produção de mudas, comercialização (organizada para ocorrer dois dias por semana), e prestação de contas eram feitas por membros definidos do grupo. Outras funções como o trabalho de rotina (irrigação, limpeza dos canteiros), ou a presença física de algum membro todos os dias na horta, eram divididas numa escala semanal onde cada pessoa tinha um período e dia certo para trabalhar.

No início cada membro era um vendedor e oferecia os produtos nas residências da comunidade, mas a partir de dezembro de 2007 é adotada outra estratégia: criar a cultura da feira do “colha e pague” ou “escolha e pague”. Naquela época tanto a alface quanto o molho de cebolinha eram vendidos à R\$ 0,60. Ainda hoje, o preço do pé de alface continua o mesmo.

Por um momento, o grupo adotou outra estratégia de comercialização, vender os produtos fora da comunidade, na feira semanal do bairro Fiúza Lima em Itajaí. Comercialmente a experiência foi boa, mas verificou-se que o grupo ainda não tinha estrutura para dar esse salto, sobretudo pela falta de autonomia de transporte e quantidade frequente de produto.

Como atividades de formação em agroecologia, em 2007, ocorrem as seguintes ações: um curso de capacitação em produção de hortaliças (quinzenalmente, divididos em três módulos); visita de inspeção de certificação da Rede ECOVIDA de Agroecologia<sup>2</sup>; e participação de alguns representantes

---

<sup>2</sup> A Rede ECOVIDA é formada por agricultores, técnicos, consumidores e comerciantes organizados em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais, abrangendo os três estados do Sul do Brasil e

da HC no Encontro Ampliando da Rede ECOVIDA, em Lapa (PR). Este encontro reuniu aproximadamente 1500 agricultores dos três estados do Sul (também participaram agricultoras urbanas do bairro Monte Cristo em Florianópolis), servindo de espaço importante de formação política, de troca de experiências e sementes, e envolvimento com diferentes temáticas relacionadas à agroecologia como os impactos dos transgênicos, os processos de certificação da produção orgânica, a preservação das sementes tradicionais dos agricultores (conhecidas com sementes crioulas).

Em dezembro de 2007, foi organizado pela SAA e CEPAGRO uma apresentação do Projeto da HC e uma discussão das potencialidades da AU para outras secretarias do município (SAS, SPDU e Secretaria de Saúde) e BANCRI (Banco de Microcrédito de Itajaí). Poucos frutos foram colhidos deste encontro. Apenas O BANCRI demonstrou algum interesse em fomentar a AU.

Como atividades importantes que ocorreram no primeiro semestre de 2008, a HC recebeu a visita de estudantes do curso de geografia da UFSC (disciplina de geografia rural); houve um intercâmbio do grupo para conhecer alguns projetos de AU do CEPAGRO em Florianópolis; alguns integrantes ainda participaram do Encontro do Núcleo Litoral Catarinense da Rede ECOVIDA de Agroecologia nos dias 17,18 e 19 de junho, realizado em Garopaba (SC), que contou com a participação de 150 agricultores.

O segundo semestre de 2008 é marcado pela calamidade das enchentes que assolaram o Vale do Itajaí. Antes da tragédia, que ocorreu em novembro, havia sido registrado um período de aproximadamente 90 dias de chuvas constantes, o que já tinha comprometido a produção agrícola de muitos municípios.

Com a enchente, que deixou o loteamento Portal I literalmente submerso, os moradores tiveram que se abrigar em alojamentos. Em visitas feitas pela equipe técnica do CEPAGRO, foi constatado que a comunidade do Portal, por

---

integrando 2.400 famílias de agricultores familiares. Os princípios de atuação da rede ECOVIDA são: ter a agroecologia com a base para o desenvolvimento sustentável; garantir a qualidade através do Sistema Participativo de Garantia; trabalhar com agricultores familiares e suas organizações; ser redigida por norma própria de funcionamento e de produção e trabalhar na constituição do comércio justo e solidário.

estar fora do eixo central da cidade, encontrava-se em situação de extrema carência. Assim, o CEPAGRO se dedicou a coletar mantimentos e utensílios domésticos para as famílias da comunidade, ou ajudar na viabilização de transporte para as doações já existentes. Para isso foi feita uma pareceria com o Corpo de Bombeiros. Nos meses de novembro e dezembro foram realizados encontros quinzenais com o grupo da HC para levar algumas doações de mantimentos, roupas e eletrodomésticos, além de se discutir a retomada das ações na Horta.

No final de dezembro uma reunião do grupo definiu as prioridades para a reconstrução de área de produção. Com apoio financeiro da KNH (*Kinder Not Hilfe*), uma agência de cooperação internacional alemã, o primeiro semestre de 2009 foi dedicado ao reerguimento da HC. Entre janeiro e março, os trabalhos foram destinados ao preparo dos canteiros e à compra de materiais como telas, mourões, esterco para adubação, mudas para os primeiros plantios e ferramentas como roçadeira e enxadas para o trabalho de rotina. Neste mesmo período ainda foram adquiridos os equipamentos e materiais (moto-bomba, mangueiras, tubos e conexões) para a instalação do sistema de irrigação.

Ainda na primeira metade do ano de 2009 as negociações para viabilizar a garantia do terreno para o uso comunitário prosperaram. Após a ameaça de perda da área na véspera do natal de 2008 (a Portal Sul Empreendimentos Imobiliários LTDA tinha planos de tomar o terreno), é assinado no dia 15 de janeiro de 2009 um Termo de Comodato entre a Portal Sul e CEPAGRO. Neste documento fica garantido o uso da área pela comunidade por seis meses, com possibilidade de prorrogação por mais seis meses.

Após reuniões entre a vereadora Susi Belini, CEPAGRO e o grupo da HC, esta vereadora se comprometeu em buscar soluções legais para a questão do terreno. Atualmente o processo está em andamento.

Cinco famílias que iniciaram a HC saíram, outras duas pessoas entraram; no início do projeto o grupo era maior, havia oito integrantes, mas atualmente o grupo está menor, formado por cinco participantes. Essa dinâmica modificou

formas de organização, de trabalho e o “caminhar” do grupo. Entre maio e junho de 2009, umas das demandas de trabalho foi a revisão do Regimento Interno.

No mês de maio de 2009 surge um novo grupo de AU apoiado pelo CEPAGRO no loteamento Portal I (três integrantes deste novo grupo faziam parte da HC), o grupo dos agricultores urbanos independentes: cada um tem seus locais próprios (quintais domésticos) ou arrendados (áreas rurais próximas ou terrenos baldios) onde plantam tanto para reforçar a SAN quanto para gerar renda. A participação no grupo visa criar oportunidades de comercialização, dividir tarefas e participar de atividades de formação em grupo.

Feita esta apresentação do surgimento e evolução do grupo da HC, na próxima seção passaremos à exposição da pesquisa de campo, começando pela metodologia.

## 5. METODOLOGIA

*“Mexer com a terra para mim é terapia”*  
[Silvestre, 38 anos, mestre-de-obras e agricultor urbano]

A pesquisa de campo utilizou duas modalidades de técnicas apresentadas por Lakatos e Marconi (2007): 1) observação direta intensiva, que corresponde a utilização de técnicas de observações e entrevistas e 2) observação direta extensiva, que utiliza questionários e formulários.

O levantamento das informações sobre o perfil dos agricultores, as razões do envolvimento, os benefícios e as dificuldades da Horta Comunitária Portal I, segundo quem já participou e atuais participantes, foi realizado através de documentação direta, que corresponde ao levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos acontecem (LAKATOS e MARCONI, 2007).

A observação direta extensiva foi feita através da aplicação de um formulário, definido por Nogueira (*apud* Lakatos e Marconi, 2007) como “uma lista formal, catálogo ou inventário destinado à coleta de dados resultantes quer da observação, quer de interrogatório, cujo preenchimento é feito pelo próprio investigador, a medida que faz as observações ou recebe respostas, ou pelo

pesquisado sob sua orientação”. Este formulário (ANEXO) buscou captar o perfil socioeconômico dos agricultores urbanos. A discussão deste perfil fixou-se nos seguintes dados: idade, origem, grau de escolaridade, profissão, renda familiar e número de integrantes das famílias dos entrevistados.

Com a intenção de compreender como conheceram o Projeto, a razão do envolvimento com a Horta Comunitária, além dos benefícios e as dificuldades desta experiência na ótica dos atores envolvidos e dos que já se envolveram no projeto, foi realizada uma entrevista estruturada. Neste tipo de entrevista a formulação e localização das perguntas são determinadas previamente. Segundo Almeida (1989), “a liberdade do entrevistador é limitada, mas este pode fazer perguntas adicionais que venham, de alguma forma, elucidar o problema ou ajudar a recompor o contexto”. O caráter padronizado das perguntas na entrevista estruturada oferece benefício para a pesquisa ao obter dos entrevistados “respostas às mesmas perguntas, permitindo que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas” (LODI *apud* LAKATOS E MARCONI, 2007). Essa colocação de Lodi é valiosa uma vez que queríamos saber as opiniões individuais dos agricultores urbanos para quatro diferentes questões (como conheceu a HC, o porquê do envolvimento, os benefícios e as dificuldades enfrentadas na Horta Comunitária).

O formulário e a entrevista foram aplicados em sequência num mesmo encontro e de forma individual. Esses encontros foram marcados previamente com os agricultores urbanos aproveitando as idas à campo da equipe técnica. Vale salientar que o entrevistador já era conhecido pelos entrevistados. As entrevistas foram realizadas entre os dias 16 de março e 30 de abril de 2009. Ao todo foram entrevistadas nove pessoas: quatro pessoas que já participaram da Horta Comunitária e os cinco atuais participantes. Das oito pessoas que iniciaram a Horta Comunitária Portal I cinco foram entrevistadas (quatro que não participam mais e um entrevistado que ainda participa). Dos outros três

restantes que estavam no início do Projeto, dois não foram encontrados e um se recusou a conceder a entrevista.

Todos os números apresentados no perfil socioeconômico são referentes aos 9 entrevistados e apenas o item renda familiar foi apresentado e discutido desconsiderando uma entrevistada que não soube informar sua renda familiar. Nas apresentações de dados obtidos com os questionários e entrevistas optou-se por não mencionar o nome dos entrevistados, mantendo em sigilo os dados pessoais. As referências aos nomes foram feitas nas partes de contextualização da AU no loteamento e histórico da Horta Comunitária (item 4).

Diferentemente da observação comum, a observação científica apresenta objetividade, normalmente é sistemática e necessita de controle. Em extensão rural, e nas ciências sociais como um todo, as observações de comportamento, atitudes e opiniões, sejam de indivíduo ou grupo, lidam com significados objetivos e subjetivos (ALMEIDA, 1989). Esse autor ainda afirma que “se já não é fácil observar sistematicamente fenômenos simples, e é difícil observar fenômenos complexos, a dificuldade aumenta quando se trata de objetivar fenômenos subjetivos como, por exemplo, as intenções e atitudes dos agricultores”. Para Almeida (1989), embora a observação seja uma técnica independente, ela pode ser usada em combinação com outras técnicas de investigação. Nessa pesquisa, as observações de campo tiveram como finalidade completar as visões e opiniões captadas nas entrevistas e, como reforçam Lakatos e Marconi (2007), colocar o investigador em contato mais direto com a realidade.

A observação foi do tipo participante, pois “o investigador assume uma função ou exerce um papel na situação e se relaciona com outros membros do grupo conforme as expectativas do papel social exercido, sem que seja reconhecido como observador com interesse científico”, Almeida (1989).

As observações seguiram o ritmo e o calendário das atividades de extensão (mutirões, reuniões do grupo, reuniões com outras lideranças do poder público ou privado) que a equipe técnica do CEPAGRO teve com a comunidade do Portal I em Itajaí. No mês de março houveram seis idas à comunidade (dias

12, 16, 21, 25, 28 e 31 de março); já em abril foram três saídas (1º, 2 e 30 de abril) e em maio apenas uma (dia 6 de maio).

Com relação aos meios, a observação foi não-estruturada ou assistemática. Esse tipo de observação também conhecida como espontânea, informal e acidental consiste, segundo Lakatos e Marconi (2007), em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. Apesar do caráter informal, a observação assistemática não é totalmente espontânea “porque um mínimo de intenção e de controle se impõem em todos os casos, para chegar a resultados válidos” (Ader-Egg *apud* Lakatos e Marconi, 2007).

A compreensão da metodologia de trabalho empregada pelo CEPAGRO e o histórico das atividades desenvolvidas no loteamento Portal I foram feitas através de pesquisa documental em diários, documentos e relatórios elaborados pela equipe técnica da entidade e de da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Itajaí (SAA).

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

*“Eu gosto de lutar com as verduras, com as plantas (...).  
“Porque eu gosto, eu acho bonito e é um divertimento, passa-tempo”.*  
[Seu Gentil Farias, 54 anos, agricultor urbano, respondendo porque pratica AU]

### 6.1. Perfil socioeconômico dos agricultores urbanos do loteamento Portal I.

A pesquisa do perfil socioeconômico teve como resultado informações sobre a idade, origem, grau de escolaridade, profissão, renda familiar e número de integrantes das famílias dos entrevistados.

Na Figura 4 fica claro que a maioria dos agricultores urbanos estudados possui idade acima de 36 anos (89%, 8 dos 9 entrevistados), apenas um entrevistado tem idade inferior (31 anos). Isso nos mostra que parece haver uma tendência da AU em não atraírem jovens.



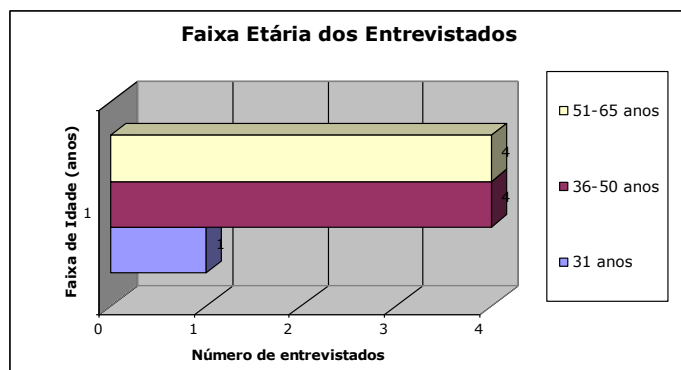


Figura 4: Faixas etárias e idade dos entrevistados segundo 3 classes.

Pela figura 5 vemos que nenhum dos entrevistados é natural do município de Itajaí; 3 são paranaenses e a maioria, 6 entre os 9 pesquisados ou 67%, é catarinense vindos de 3 diferentes mesorregiões: Oeste, Planalto Serrano e Vale do Itajaí.

Entre as cidades das quais os entrevistados partiram, destacam-se: Rio das Antas no Meio Oeste, Xavantina e Chapecó no Extremo Oeste, Imbúia e Vidal Ramos no Alto Vale do Itajaí, Urubici na região serrana e, entre as cidades paranaenses, Quatro Pontes, Clevelândia e Santa Helena. É importante destacar que quase todos os entrevistados antes de aportarem em Itajaí fizeram verdadeiras peregrinações, morando em diferentes cidades catarinenses e até mesmo em outros estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, São Paulo, e Minas Gerais.

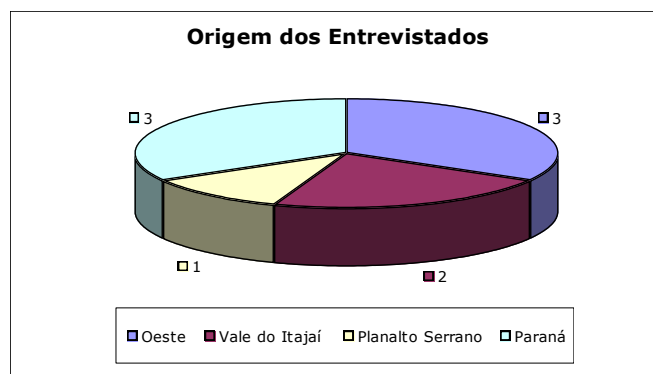


Figura 5: Origem dos entrevistados por mesorregiões catarinenses ou estado da federação quando não catarinense.

Quanto às raízes rurais, todos os entrevistados possuem um forte laço com a agricultura. A maioria, exceto um entrevistado que deixou o meio rural com 11 anos, trabalhou no campo, seja na propriedade agrícola da família, seja na de terceiros como arrendatário ou empregado.

Os jovens urbanos (entre 18 e 30 anos) de hoje praticamente não possuem laços com a agricultura, por outro lado, muitos adultos e idosos moradores de cidades possuem ligações com meio rural por talvez serem frutos do êxodo rural. Essa característica da população pode estar influenciando o perfil da idade dos agricultores urbanos no Loteamento Portal I, tendo em vista que pessoas com mais idade, pela maior afinidade com a agricultura, vêm na AU uma estratégia sobrevivência e talvez uma forma de reviver experiências passadas.

Observando a figura 6 abaixo, notamos a baixa escolaridade dos entrevistados: 5 entre 9 (55%), ou seja, mais da metade, não terminaram o ensino fundamental. Este quadro de baixa instrução formal ainda pode ser visto por outro ângulo: 8 dos 9 entrevistados (89%) não concluíram o ensino médio. Um aspecto positivo observado é que um entrevistado está estudando e em breve concluirá o ensino médio.

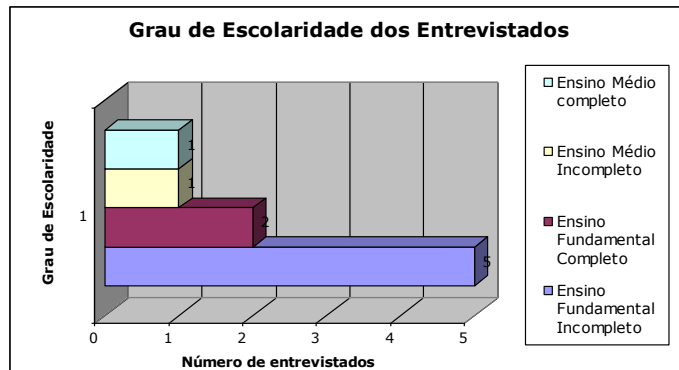


Figura 6: Grau de escolaridade dos entrevistados segundo quatro classificações.

De maneira geral, o grau de escolaridade determina o tipo de atividade profissional que as pessoas podem praticar. Desta forma, quanto menor o grau de instrução formal, menor é a possibilidade de se conseguir um emprego com uma posição social de prestígio e um salário condizente. Entre as atividades profissionais praticadas no passado ou atualmente pelos entrevistados podemos citar: soldador, motorista, operário de fábricas, servente de pedreiro, carpinteiro, pedreiro, mestre-de-obras, doméstica, auxiliar de cozinha, cozinheira, babá, auxiliar de enfermagem, vigia e zelador de condomínio. Salvo algumas exceções, tais profissões oferecem uma baixa remuneração.

Na figura 7, a renda familiar mensal dos entrevistados é classificada em 4 diferentes faixas de remuneração: até 400 reais; de 401 a 800 reais; de 801 a 1.600 reais e de 1.601 a 2.000 reais. A maioria dos entrevistados, 6 dos 8 pesquisados (ou 75%), apresentam uma renda familiar igual ou inferior a 1.600 reais mensais. Estes números por si só não dizem muito sobre o padrão de vida ou consumo dessas famílias. A renda familiar sem considerar o número de integrantes da família, isto é, o número de pessoas que dependem desta renda, não é suficiente para medir o verdadeiro poder aquisitivo destas famílias ou sugerir que a família “y” tem melhor renda que a família “x”. Isso é notável ao analisar a Tabela 2 onde percebemos que apesar da renda familiar de “E” ser três vezes maior que a de “I”, a renda familiar dividida pelo número de

integrantes da família de “I”, ou seja, sua renda *per capita*, é 2,5 vezes maior que a de “E”.

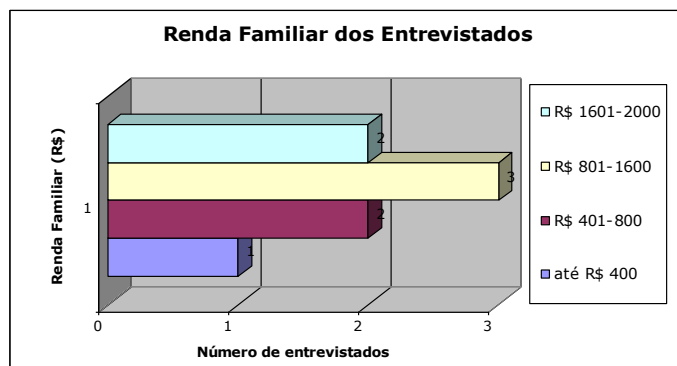


Figura 7: Renda familiar em reais (R\$) dos entrevistados segundo quatro faixas de rendimento.

Tabela 2: Renda familiar em reais (RF) dos entrevistados, RF *per capita* e número de integrantes da família.

Entrevistado	Renda familiar (RF) em R\$	RF <i>per capita</i> (R\$)	Número de integrantes da família
A	1.500	500	3
B	360	130	3
C	980	245	4
D	2.000	250	8
E	2.000	250	8
F	800	200	4
G	1.000	143	7
H	653	653	1

Fonte: dados coletados pelo autor.

Apenas quatro famílias integram a Horta Comunitária atualmente, mesmo assim temos 20 pessoas, 10 adultos e 10 jovens/crianças, sendo beneficiadas diretamente pelos vegetais da Horta (ver tabela 2).

Tabela 3: Número de integrantes das famílias dos entrevistados, número de adultos e jovens/crianças de cada família, e total de beneficiados pela HC.

Participante da horta	Número de integrantes da família	Adultos	Jovens/ Crianças
A *	8	3	5
B *	8	3	5
C	4	3	1
D	7	3	4
E	1	1	-
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>10</b>

Fonte: dados coletados pelo autor. (\*) A e B são um casal no qual ambos participam da horta, logo compõem apenas uma família.

## 6.2. Avaliação da Horta Comunitária segundo os agricultores urbanos.

Quando questionados como conheceram a proposta da Horta Comunitária, as respostas dos entrevistados naturalmente divergem. Foi decidido apresentar estas respostas em apenas um gráfico (figura 8), juntando respostas dos entrevistados que iniciaram o projeto, mas que hoje não participam mais (existe apenas um entrevistado que iniciou a projeto e ainda continua), com as respostas dos atuais participantes. Assim, observamos que 4 entrevistados responderam que conheceram a proposta da horta pelo convite dos articuladores do projeto (Seu Santo e Aninha) e um entrevistado, Seu Santo Gomes, foi um dos articuladores do proposta da horta.

Essas informações sugerem que, diferente do que pensamos quando propomos iniciativas de AU, hortas comunitárias não surgem apenas pelo desejo de entidades civis ou órgãos públicos, e sim da vontade e envolvimento da comunidade. Essa experiência da Horta Comunitária do Portal I deve muito ao esforço do Seu Santo Gomes, uma verdadeira liderança que, na esperança de ver uma nova realidade surgir em seu bairro, visitou lares e aglutinou pessoas para construir uma proposta conjunta. Um trabalho de base que o CEPAGRO não teria condição de fazer.

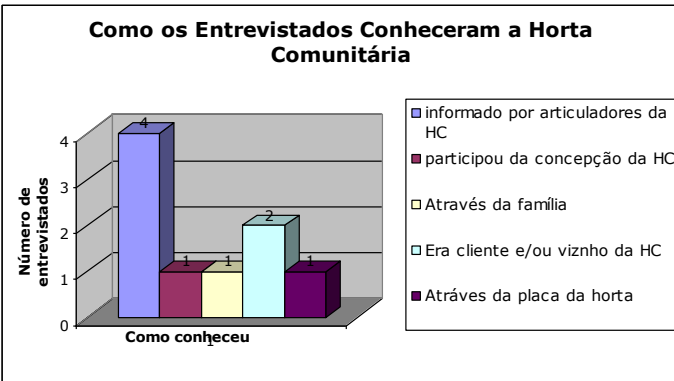


Figura 8: Cinco diferentes respostas de como os entrevistados conheceram a Horta Comunitária.

Dos 5 atuais integrantes entrevistados, 4 (ou 80%) responderam que conheceram o projeto da HC através da família, por ter sido cliente/vizinho ou pela placa da HC. Estes ingressaram quando a HC já estava ativa e produzindo.

*“Conheci o projeto da Horta Comunitária através do Seu Santo e da Aninha, mas a minha plantação eu sempre tive”. [Seu Gentil, 54, agricultor urbano]*

**[PAV1] Comentário:** Este depoimento está fora de lugar?

Quanto aos motivos do envolvimento (Figura 9), vemos que 6 dos 9 entrevistados (67%) tem motivações ligadas à alimentação: 4 dos 9 entrevistados (44%) tem intenções claras em harmonizar a garantia de verduras frescas à mesa com redução de custos com alimentação; outros 2 entrevistados (22%) reforçam a preocupação em produzir alimentos limpos (orgânicos), isto é, isentos de agrotóxicos (venenos e adubos solúveis sintéticos produzidos pela indústria química).

Dos 3 entrevistados (33% do total) que responderam motivações não ligadas à alimentação (incentivo familiar, para se ocupar e acompanhar o marido), 2 deixaram o projeto. Um destes continua praticando AU com foco na SAN e geração de renda e faz parte do novo grupo de agricultores urbanos independentes do Portal 1.

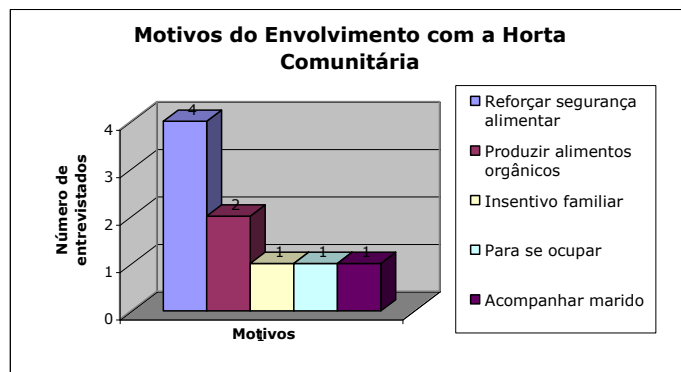


Figura 9: Cinco motivações dos entrevistados para o envolvimento com a Horta Comunitária.

*“Porque eu não podia fazer nada, tava doente, andava caindo. Tinha dia que nem aguentava em pé”.* [Seu Gentil Farias, 54 anos, agricultor urbano, respondendo por que entrou na HC]

*“Não pelo lucro, mas pra ter uma verdura todo dia em casa, nós gostamos muito de verdura”* [Silvestre, 38 anos, mestre-de-obras e agricultor urbano]

*“Ter uma verdura para você comer que não precisa comprar (...) por que a renda é pequena”.* [Leandro, 31anos, carpinteiro e agricultor urbano]

*“A gente gosta das coisas natural”.* [ Dona Clementina, 64 anos, dona de casa e agricultora urbana, Se referindo por que se identificou com a proposta da produção ecológica da HC]

**[PAV2] Comentário:** Estes depoimentos deveriam ser comentados ou melhor deveriam ser mencionados no texto, não?

Com relação aos benefícios da HC segundo os atuais participantes e os que já participaram (mostrados na Figura 10), a maioria dos entrevistados, 5 entre 9 ou 55 %, afirma que o reforço na SAN é a principal vantagem em suas vidas. Nas respostas também foram mencionadas outras vantagens e oportunidades geradas pela AU: benefícios por ter alimentos orgânicos, garantia de procedência e qualidade dos alimentos, oportunidade de gerar renda e terapia ao lidar com a terra.

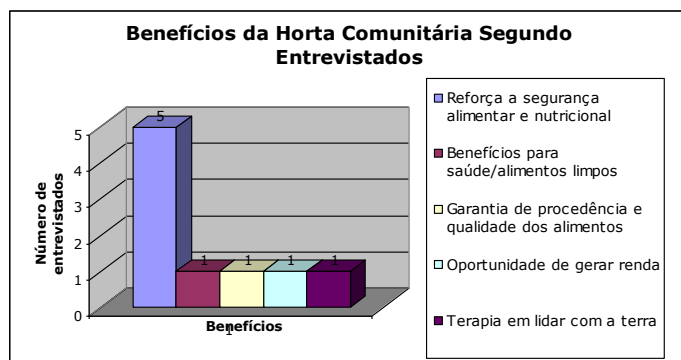


Figura 10: Cinco benefícios da Horta Comunitária na visão dos entrevistados.

*“Ter uma verdurinha fresquinha que tu sabes a procedência dela, sabe de onde ela ta vindo... pra mim isso é o que mais conta, não é a parte financeira”.*

*“É um dinheiro que faz falta, mas não é o principal propósito”.*

[Eliziana, 44 anos, dona de casa e agricultora urbana, falando das vantagens da HC]

*“Ter uma verdurinha pra comer na hora, pegar uma cebolinha, um pézinho de alface”.*

[Seu Valdir, 63, aposentado, zelador de condomínio e agricultor urbano]

*“É uma terapia a gente plantar, se envolver com a terra plantando uma coisa saudável”*

[Ruthe, 40 anos, cozinheira e agricultora urbana]

**[PAV3] Comentário:** Sem um comentário teu ou uma explicação de porque estão aqui, os depoimentos ficam deslocados.

Quanto às dificuldades do projeto (gráfico 8), foram frequentes respostas relacionadas às questões do trabalho em grupo, tais como falta de envolvimento dos participantes, falta de entendimento entre os participantes e falta de gente para trabalhar. Dos 9 entrevistados, 7 pessoas (78%) colocam estas questões como as dificuldades que o projeto enfrenta. Um único entrevistado pontuou a falta de máquina para trabalhar como uma dificuldade e outro entrevistado citou questões de comercialização.



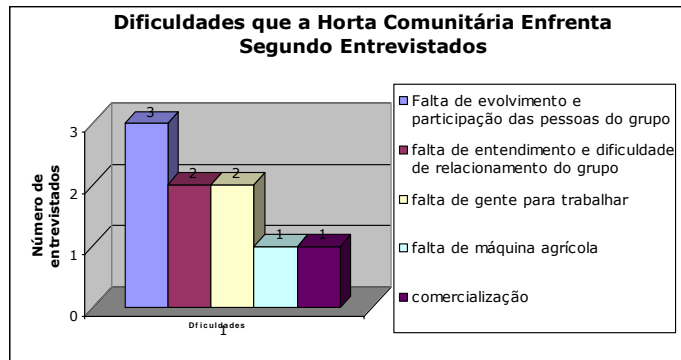


Gráfico 8: As dificuldades que a Horta Comunitária enfrenta segundo os entrevistados.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi caracterizar a HC a partir (1) dos perfis socioeconômicos dos atores sociais que praticam e praticaram AU neste espaço, (2) da compreensão das razões do envolvimento destes atores com o Projeto e (3) dos benefícios e das dificuldades da HC na visão dos envolvidos. Para isso foi traçado um caminho que passou pela busca de informações gerais sobre a AU, a atuação do CEPAGRO nessa temática, e finalmente a apresentação e discussão dos dados coletados a campo em formulários e entrevistas.

Quanto às características gerais da agricultura nas cidades, vimos que o conceito de AU engloba tanto as partes de produção, de entrega, de processamento e comercialização alimentos e de produtos não-alimentícios (VAN VEENHUIZEN, 2006). Outro importante aspecto desta temática, e que a diferencia da agricultura de base rural, é a sua íntima relação com o ecossistema urbano, aproveitando recursos deste ambiente, fornecendo produtos e serviços, além de ser fortemente influenciada pelas políticas desenvolvidas nas cidades (MOUGEOT, 2000). A tendência global da

[PAV4] Comentário: Qual espaço?

concentração da população mundial em cidades tem consequências na produção e distribuição de alimentos, dificultando o acesso das populações mais pobres a certos itens da dieta (UN-HABITAT, 2007 e MENDONÇA & MONTEIRO, 2004). Neste contexto vimos que os agricultores urbanos são em sua maioria oriundos das camadas sociais menos privilegiadas, e vislumbram na AU uma estratégia de melhorar suas condições de insegurança alimentar e nutricional (FAO, 2007).

Na terceira parte da pesquisa fizemos um apanhado geral da atuação do CEPAGRO em AU. Foi possível observar que esta ONG atua nas cidades de Florianópolis e Itajaí com diferentes focos, tanto auxiliando projetos pedagógicos em creches e escolas que utilizam a AU como ferramenta de educação ambiental, quanto diretamente com moradores das periferias destas cidades, por meio de Centros de Saúde ou grupos comunitários organizados que pretendem produzir alimentos orgânicos em quintais ou hortas coletivas.

Na quarta parte foi verificado que a cidade de Itajaí passou por um forte processo de urbanização a partir da década de 1980 modificando a relação campo-cidade no município e fazendo com que bairros rurais como o Espinheiros fossem integrados na rede urbana. Neste capítulo foi feito um resgate da evolução do trabalho na HC deste do início em 2006 até o ano corrente. Vimos que o trabalho de acompanhamento técnico teve inicialmente a colaboração da Prefeitura Municipal, representada pela SAA, e que a atuação do CEPAGRO busca o empoderamento do grupo com relação às decisões e rumos da HC, além de incluir este projeto de AU e seus atores em espaços de formação política e troca de experiências junto à Rede ECOVIDA de Agroecologia.

Por fim chegamos aos objetivos específicos desta pesquisa: traçar um perfil socioeconômico dos agricultores urbanos; compreender os motivos do envolvimento desses atores com a HC; e verificar e analisar os benefícios e dificuldades desta experiência na ótica dos participantes.

Em relação ao perfil socioeconômico dos entrevistados, foi verificado que a maioria dos agricultores urbanos tem idade acima de 36 anos; possuem baixa

**[PAV5] Comentário:** A pesquisa sobre o CEPAGRO não permite nenhum tipo de conclusão ou avaliação desta entidade ou de sua atuação?

**[PAV6] Comentário:** Você começou falando da quarta parte e não mencionou nenhum capítulo. Aqui faltou fazer uma conexão melhor entre as mudanças na urbanização e o surgimento da HC.

escolaridade; não são naturais de Itajaí, mas em sua maioria são catarinenses vindos de três regiões: Oeste, Vale do Itajaí e região Serrana. Todos possuem origem rural, seja pelo trabalho na propriedade da família, seja na propriedade de terceiros como arrendatário ou empregado. Podemos concluir que o histórico de vida, ou seja, a origem rural dessas pessoas é uma forte influência no envolvimento com a AU, não só pelo conhecimento acumulado, como também pela ligação emocional com a terra, como ficou evidenciado em alguns depoimentos. Também observamos que a renda familiar da maior parte dos entrevistados é menor que 1.600 reais mensais, com as rendas *per capita* familiares mensais concentrando-se entre 130 a 250 reais, muito próximos das despesas *per capita* dos 40% mais pobres do Brasil que é de 180 reais mensais (IBGE, 2007b).

Quanto às motivações que levaram ao envolvimento com a HC, observamos pela entrevista que a maioria dos agricultores urbanos aponta ações ligadas à alimentação, com principal referência ao reforço da SAN e, em segundo plano, a preocupação com a produção orgânica de verduras. Apesar das entrevistas demonstrarem tais motivações, devemos considerar que o envolvimento com a AU é uma estratégia que leva em conta outros fatores, tais como: a afinidade com o trabalho (origem rural), o fato de estas pessoas encararem a atividade como algo prazeroso, a valorização das hortaliças na dieta, uma renda familiar que não favorece a aquisição destes alimentos, ou ainda a falta de opções destes produtos na comunidade.

Sobre os benefícios da HC, encontramos uma relação direta com a motivação mais frequente para o envolvimento: a questão do reforço da SAN. Isso nos mostra que os agricultores urbanos estão alcançando seus objetivos iniciais. Também observamos que os entrevistados percebem outros benefícios e potencialidades desta experiência em AU, tais como geração de renda, melhorias na qualidade de vida pelo consumo de alimentos orgânicos e prazer pela atividade de lidar com a terra. É importante frisar que os vegetais produzidos são comercializados, e apesar da receita obtida com a venda ser

importante para os agricultores urbanos, isto tem para eles uma importância secundária.

Em relação às dificuldades apresentadas pela HC, ficou claro nas entrevistas que o principal entrave é a falta de envolvimento das pessoas participantes e as relações conflituosas de trabalho. Percebemos que existem componentes não visíveis de imediato num trabalho em AU, tais como as afinidades de trabalho entre as pessoas e a afinidade com a proposta. Esses componentes, ou melhor, a falta deles, pode ter contribuído para que o grupo inicial da HC se dividisse. Esse efeito, de certa maneira trágico, teve consequências positivas que devem ser valorizadas. Primeiro, a reestruturação deste novo grupo da HC (processo que ainda está ocorrendo) deverá levar em conta muito mais às afinidades pessoais e de trabalho, sobretudo quanto à entrada de novas famílias, contribuindo para a formação de um grupo mais harmônico.

Segundo, essa fragmentação do grupo inicial levou a novas formas de AU diferentes da HC, mostrando-nos que existem outras possibilidades de AU que merecem ser valorizadas e apoiadas, apesar de serem menos visíveis. Algumas dessas iniciativas, como a produção individual de um agricultor urbano do loteamento Portal I que fazia parte da HC, possuem nítido potencial de geração de renda. Essas experiências individuais estão alicerçadas numa motivação e auto-estima adquirida com a vivência anterior na HC.

Um ponto que esta pesquisa não alcançou é a contribuição da AU para a renda dessas famílias. É importante ter alguns números que meçam a geração de renda advinda com as vendas ou as contribuições para a redução de despesas com alimentação. Outro aspecto importante que merece ser pesquisado é compreender como se dá o abastecimento de vegetais frescos no bairro e verificar a abrangência de clientes da HC. No entanto é importante lembrar que os benefícios da AU são tanto oriundos dos produtos quanto dos processos desta prática. Geralmente estes processos promovem o que Oelofse *et al* (2007) chama de serviços ocultos: incremento de capacidades e conhecimento, auto-confiança, liderança local e criação de relações entre

**[PAV7] Comentário:** Esta expressão "afinidade de trabalho" não é muito clara.

**[PAV8] Comentário:** Se este assunto continua o anterior, deveria ficar no mesmo parágrafo. Não fica claro se este "primeiro" é uma das consequências que precisam ser valorizadas.

**[PAV9] Comentário:** Esta é uma grande sacada

peças. Tais benefícios são menos visíveis e mais difíceis de serem capturados pelas cifras.

Um ponto que ainda permanece como incógnita é a real capacidade do grupo da HC em sustentar este Projeto sem o auxílio da equipe técnica do CEPAGRO. Os trabalhos são desenvolvidos nesta perspectiva, mas será possível alcançar uma autonomia completa?

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia.**

Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

FAO. **Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture.**

Rome, 2007.

IBGE (b). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.** Perfil das despesas no Brasil. Indicadores Seleccionados. Rio de Janeiro, 2007. 215p.

IBGE (a). **Contagem da População 2007.** Tabela 1.1.22. População recenseada e estimada segundo os municípios – Santa Catarina – 2007.

Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 21 maio 2009.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia científica.**

6ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

MACHADO, A. T. e MACHADO, C. T. T. **Documento 48. Agricultura Urbana.**

Planaltina: Embrapa, 2002.

MONTEIRO, D. e MENDOÇA, M. M. Quintais na cidade: uma experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro. **Revista Agriculturas.** Rio de Janeiro, vol. 1, nº 0, p 29-31, setembro, 2004.

MOUGEOT, Luc J. A.. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: BAKKER, N; *et al.* (Ed.). **Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda.** Felding: DSE, 2000. p1-42. Disponível em:

<[www.ruaf.org/publications](http://www.ruaf.org/publications)>. Acesso em: 10 out. 2008

OELOFSE, M. et al. Apuntando a los grupos socialmente excluidos: horticultura comunal en KwaZulu-Natal, Sudáfrica. **Revista Agricultura Urbana.** Lima (Peru), número 18, p 14-18, novembro, 2007.

PAQUISTÃO/FAO. **Urban food security and food marketing in metropolitan of Lahore.** Report of a workshop held at Town Hall. Lahore: FAO, 1999. p 1-5.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ(a). **Dados Estatísticos de Itajaí/ Municípios AMFRI.** Disponível em:

<[http://intranet.itajai.sc.gov.br/arquivos/gestao\\_spdu/2006-06-09-15-d41d8cd98f.doc](http://intranet.itajai.sc.gov.br/arquivos/gestao_spdu/2006-06-09-15-d41d8cd98f.doc)>. Acesso em: 21 maio 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ(b). **Itajaí em números**. Estabelecimentos e postos de trabalho de Itajaí, de 2001 a 2005, segundo setor do IBGE. Disponível em:  
<[http://intranet.itajai.sc.gov.br/arquivos/gestao\\_spdu/2007-02-13-22-d41d8cd98f.xls](http://intranet.itajai.sc.gov.br/arquivos/gestao_spdu/2007-02-13-22-d41d8cd98f.xls)>. Acesso em: 21 maio 2009.

SPOTLIGHT. **Urban food marketing**. FAO Newsletter. Rome, 1999.

UN-HABITAT (United Nations Human Settlement Program). **2006 annual report**. Nairóbi: UN, 2007. disponível em: <[www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)>. acesso em: 20 out. 2008

VAN VEENHUIZEN, René. Chapter 1. Introduction. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Cities farming for the future**. 2006. p1-17. Disponível em:  
<[www.ruaf.org/publications](http://www.ruaf.org/publications)>. Acesso em: 10 out. 2008.

WEITZMAN, R. (coordenação). **Educação popular em segurança alimentar e nutricional**. Uma metodologia de formação com enfoque de gênero. Ilustrações de Gabriela Guerra. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008.

## 9. ANEXO

Anexo 1: Roteiro do formulário e entrevista estruturada.

### FORMULÁRIO

Data da entrevista:    /    /

Nome completo:

Local de nascimento:

Data de nascimento:

Sexo: ( ) M ( ) F.

- 1) Trabalhador(a) ativo(a): ( ) Sim ( ) Não
- 2) Possui emprego formal (com carteira assinada): ( ) Sim ( ) Não
- 3) Aposentado(a)?: ( ) Sim ( ) Não
- 4) Experiências profissionais (atuais e anteriores): \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5) Grau de escolaridade:

- ( ) analfabeto.
- ( ) primeiro grau/ensino fundamental incompleto.
- ( ) primeiro grau/ensino fundamental completo.
- ( ) segundo grau/ensino médio incompleto.
- ( ) segundo grau/ensino médio completo.
- ( ) ensino superior incompleto.
- ( ) ensino superior completo.

6) Casado(a) ( ) Solteiro(a) ( ) Separado(a).

7) Possui filhos? ( ) Sim ( ) Não. Quantos? \_\_\_\_\_

8) Quantas pessoas moram na casa? \_\_\_\_\_

9) Renda familiar: R\$ \_\_\_\_\_

10) Casa de Alvenaria ( ) ou Madeira ( )

11) Casa Própria ( ) Alugada ( )

12) Como adquiriu a casa? \_\_\_\_\_

13) Há quantos anos mora no bairro? \_\_\_\_\_ anos

14) Existe sistema de esgoto? ( ) Sim ( ) Não.

15) Água tratada: ( ) Sim ( ) Não.

16) Existe coleta de lixo no bairro? ( ) Sim ( ) Não.

17) Coleta seletiva de lixo? ( ) Sim ( ) Não.



18) Tamanho da área livre do terreno (sem construção): \_\_\_\_ m<sup>2</sup>

19) Esta área é própria para cultivo/criação? ( ) sim ( ) não.

20) Tem horta ou alguma criação animal em casa? ( ) sim ( ) não.

21) O que planta/ cria?

Frutíferas ( ) Quais: \_\_\_\_\_

Medicinais ( ) Quais: \_\_\_\_\_

Olerícolas ( ) Quais: \_\_\_\_\_

Criações ( ) Quais: \_\_\_\_\_

Ornamentais ( ) Quais: \_\_\_\_\_

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) O Participante tem origem rural?

- Sim, de onde? \_\_\_\_\_  
 Não

2) Com foi seu contato com a agricultura?

- Trabalhava como agricultor.  
 Família era ou é do meio rural.  
 Vivia em área rural mas não era vinculado à agricultura.  
 Não tem histórico anterior com a agricultura.

Obs.: \_\_\_\_\_

Caso assinalou a 1º ou 2º opção na pergunta anterior, responder as próximas opções:

a. Até que idade viveu no meio rural? \_\_\_\_\_ anos

b. A família possuía propriedade agrícola?

- Sim  
 Não

c. Qual era o tamanho da propriedade em hectares? \_\_\_\_\_ ha

d. Onde era a propriedade? \_\_\_\_\_

e. Quais eram as culturas agrícolas e criações animais praticadas?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

f. Por que deixou a agricultura?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2) Ao se transferir para **a cidade** manteve pequenos cultivos ou criações domésticas?

- Sim  
 Não

Obs.:

3) Que **motivos** o levaram a praticar agricultura em casa (quintal) na área urbana?

Cultural, por gostar de mexer com a terra e/ou por ter praticado agricultura no passado.

Por querer consumir produtos produzidos pelas próprias mãos./ garantia de procedência.

Por necessidade econômica/ estratégia de sobrevivência.

Por querer consumir produtos limpos, sem o uso de agrotóxicos (pesticidas ou adubos solúveis).

outros motivos. Quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Não se aplica.

4) Como conheceu o Projeto de Agricultura Urbana “Horta Comunitária”?

Informando por vizinho/amigos.

Participou da concepção do movimento/Projeto.

A própria horta chamou a atenção e foi procurar se informar.

Comprava produtos da horta e quis participar do grupo.

Outros motivos. Quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

5) Quais foram as motivações **iniciais** que levaram o Sr/Sra. ao envolvimento com projeto da Horta Comunitária?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6) Quais são as vantagens para o Sr./Sra. de participar da Horta Comunitária/ ou praticar AU?

Segurança alimentar.

Geração de renda.

Envolvimento comunitário.

Benefícios de saúde pelo trabalho físico na horta.

Benefícios de saúde pelo consumo de hortaliças ecológicas.

outros: \_\_\_\_\_

7) Quais são as principais dificuldades que o Projeto Horta Comunitária enfrenta na sua opinião?

- Falta de pessoas para participar.
- Dificuldade de tempo para trabalhar.
- Falta e recursos financeiros para adquirir insumos.
- Falta de apoio e reconhecimento público.
- Falta de reconhecimento dos moradores do bairro.
- Roubo de produtos.
- Dificuldades de legalizar a área da horta para o uso agrícola.
- Outros. Quais? \_\_\_\_\_